

O IDEB NA REGIÃO DO ALTO OESTE POTIGUAR E O CONCEITO DE QUALIDADE: PERSPECTIVAS DOS GESTORES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ciclene Alves da Silva; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Brasil;
ciclenealves@uern.br

Marcos Barbosa de Aquino; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasil;
marcos.aquino.084@ufrn.edu.br

Introdução

Considerando os documentos legais do país a nível nacional, a exemplo da Constituição Federal, o conceito de qualidade só vem aparecer na sua última versão, publicada em 1988. A partir de então foram criados documentos, diretrizes e parâmetros educacionais com vistas a sua melhoria e os discursos em torno de uma educação de qualidade tornam-se cada vez mais presentes.

Esse movimento crescente de debates é fruto de dois processos complementares, inicialmente impulsionado pela democratização do acesso à educação, assegurado pela referida constituição em seu artigo 205, garantindo não o acesso e a permanência dos alunos na escola; e o segundo processo advém do desenvolvimento econômico e social capitalista e do aumento da exigência de mão de obra qualificada, tornando a educação o principal meio de acesso ao mercado.

Contudo, a compreensão do que seria a qualidade educacional do ponto de vista socialmente referenciado vai além da democratização do acesso e da permanência ou da preparação para o mercado de trabalho. Em primeiro lugar, é preciso considerar que “Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que embasam a reestruturação produtiva em curso [...]” (DOURADO, 2007, p. 7), portanto está diretamente relacionado a uma percepção histórica, pensada em determinado momento, em uma realidade específica, para uma necessidade ou interesses particulares.

Com base no que fora exposto, o objetivo deste trabalho, de natureza qualitativa, é discutir a relação estabelecida entre o conceito de qualidade da educação dos secretários municipais de educação do Alto Oeste Potiguar, microrregião do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil, e o índice do IDEB. A partir dos enunciados dos partícipes da pesquisa intentamos compreender as condições de existência de tais discursos, o lugar e a posição de onde parte o discurso e de onde adquire sua legitimidade, com base nas premissas básicas da Análise do Discurso foucaultiana.

Desenvolvimento

Partindo para a realidade em questão, os participantes da pesquisa apresentam idade entre 26 a 45 anos, dois deles com nível de especialização e um em nível de mestrado. O meio de ingresso ao cargo de secretário municipal de educação dos três participantes se deu por indicação política, um deles pertencendo ao quadro de servidores do município. Em relação ao tempo de atuação, dois participantes se encontram no cargo a mais de 4 anos, enquanto a terceira a apenas 3 meses, mas todos se consideraram satisfeito com o cargo ocupado.

Por meio dos enunciados observados foi possível identificar a presença de três formações discursivas relacionadas ao mesmo objeto de análise, que é o IDEB e sua relação com a qualidade da educação. O primeiro refere-se a enunciados que apresentam o Ideb como indicador da qualidade da educação, contido na fala da Secretária 1 ao mencionar que *“O IDEB é um indicador nacional, criado com o intuito de **monitorar a qualidade da educação** e estabelecer metas para a melhoria do ensino das escolas públicas”*. Além de considerá-lo como um instrumento positivo para avaliar as escolas, suas práticas enquanto secretária alinham-se com esse discurso ao comentar que utiliza projetos de incentivo à leitura para melhoria da qualidade da educação do município. O resultado disso é que *“[...] o IDEB do município alcançou a meta projetada [...] nos mobilizando cada vez mais a planejar **ações que possibilitem melhorar a meta e a qualidade da educação**”*. Notadamente a visão de qualidade educacional está diretamente ligado ao Ideb e as suas metas, orientando a prática da secretária 1.

O secretário 2 afirma: *“Não acredito que seja um modelo completo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento educacional do nosso país. Porém, como não temos nenhum outro modelo mais completo, o IDEB mostra-se muito importante e com*

resultados positivos para o andamento das nossas escolas". O argumento utilizado no seu discurso como justificção para a importância do Ideb evidencia um assujeitamento ao modelo de avaliação vigente, mesmo reconhecendo por outro lado a incompletude do índice. Esse assujeitamento também atinge sua prática, ao afirmar que trabalha “[...] *na perspectiva de garantir um fluxo adequado [...] buscamos implementar estratégias que garantam a diminuição da distorção idade-série, aumento dos níveis de aprovação e permanência do aluno na escola*”. Todas essas estratégias citadas pelo secretário 2 garantem o que o Índice necessita para aferir a “qualidade” de uma escola.

Contudo, os enunciados do secretário 2 levam também à presença de uma segunda formação discursiva, que considera como fator de melhoria da qualidade da educação do município práticas como espaço físico, acervo para as bibliotecas, merenda de qualidade, transporte adequado, material escolar e fardamento, formação adequada, plano de carreira, garantia do piso salarial, além da “[...] *participação efetiva e autônoma do Conselho Municipal e a garantia da participação dos pais e alunos nas decisões tomadas para educação através dos conselhos escolares e outros*”. Seu enunciado encontra ecos na defesa de autores como Dourado e no documento da Ação Educativa, para a qual o reconhecimento das várias frentes de atuação para a melhoria da qualidade é peça fundamental. Segundo Foucault (2019) os discursos modificam as práticas dos sujeitos e, nesse sentido, o secretário 2 encontra-se diante de duas práticas discursivas, a primeira delas que busca atingir aquilo que é instituído pelos órgãos superiores da educação, ou seja, as metas e os objetivos do Ideb, por outro lado reconhece, na prática, que este é insuficiente para melhorar a qualidade da educação do município, frente à complexidade que encontra na sua prática, desde o nível intra ao extra-escolar.

Já a secretária 3, diferentemente dos anteriores, estabelece pouca relação entre o Ideb e a qualidade da educação. Segundo ela “*O IDEB pode mostrar os indícios da qualidade da educação de uma rede de ensino. Mas a qualidade dessa educação não cabe na nota do IDEB. Existem muitos fatores que compõem a qualidade da educação de uma escola ou de uma rede que não são medidos pelo IDEB*”. Dentre as críticas ao sistema de avaliação está a incapacidade de apresentar um quadro fiel da realidade educacional tão desigual, considerando apenas dois indicadores (fluxo e desempenho), põe em questão também o grande espaço de tempo para aplicação da prova e a mínima quantidade de escolas partícipes. No geral, segundo a secretária 3 “[...] *o governo, a*

mídia, a população, os gestores, as universidades, olham para as escolas públicas através do IDEB, quando na verdade ele demonstra apenas uma pequena amostra da qualidade da educação que está sendo desenvolvida”, e partilha dos mesmos princípios do secretário 2 ao mencionar como fatores importantes “a qualidade do material didático que esse aluno utiliza, a formação do professor e sua valorização, a estrutura física, tecnológica e toda conjuntura de equipamentos escolar à disposição dos alunos, a garantia de transporte e de alimentação escolar. Todos esses fatores funcionando em conjunto fazem valer uma educação de qualidade e isso precisa ser notado para além da nota do IDEB”, fatores estes que defendemos como contributivos para uma qualidade educacional socialmente referenciada.

Conclusões

Por meio da análise do discurso dos secretários de educação do Alto Oeste Potiguar, na tentativa de compreender a relação estabelecida por eles entre o IDEB e a ideia de qualidade, constatamos a presença de três formações discursivas: a primeira delas estabelecendo uma relação direta entre os dois objetos foco da pesquisa, destacada pelas falas da secretária 1; a segunda está presente no discurso do secretário 2, que busca atender as demandas do Ideb e do município para melhorar a sua qualidade e, por fim, a secretária 3, que descreve a limitação do indicador e apresenta uma visão mais abrangente para se alcançar uma melhoria da qualidade educacional, conforme defendido por ampla literatura especializada

Concluimos que o IDEB é efetivo em avaliar aquilo que ele se propõe, ou seja, evasão e a média dos alunos em língua portuguesa e matemática, já que suas informações e resultados se baseiam em dados quantitativos e de larga escala, contudo, não é por si só capaz de qualificar um campo tão complexo, como é o caso educacional, que é movido por vários fatores, agentes, forças e realidades. Além disso, ao afirmá-los enquanto fatores de qualidade, reduzem as práticas e processos educacionais a estes indicadores, consequências que podem ser percebidas nos discursos e nas práticas discursivas das secretárias de educação, quando relacionam a qualidade ao IDEB ou quando descrevem suas práticas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

DOURADO, Luiz Fernando (Coord); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERNANDES, Rodrigues. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

INEP. **IDEB**: resultados e metas. Brasília. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 12 mar. 2020.